

A questão da dívida

Volta com toda a força o debate sobre a nossa dívida externa. Pela primeira vez o ministro da Fazenda admitiu a hipótese da declaração de uma moratória. É verdade que Dílson Funaro falou mais dos inconvenientes que das vantagens da suspensão dos pagamentos, da dívida. Declarou-se contrário a esta medida, mas disse que ela não pode ser descartada completamente.

Lentamente se forma uma consciência de que o fator decisivo para a superação de nossa crise passa necessariamente por um reordenamento do setor externo. Atualmente estamos a exportar, sob a forma de amortizações, juros e taxas de risco, uma parcela exagerada de nosso PIB. Tal situação é intolerável, pois compromete seriamente nossa capacidade de desenvolvimento.

O fato de o ministro da Fazenda ter colocado em discussão, mesmo que prudentemente, o nosso poder de declarar a moratória não é sem sentido. Significa que estamos jogando uma partida séria e que não a podemos perder. Mesmo reconhecendo as desvantagens que teríamos com tal medida, Funaro insinuou aos nossos credores que eles também sofreriam com isto e colocou mais um trunfo na mesa de negociações.

A opção pela saída negociada está condicionada à redução das exportações de capital como pagamento da dívida. Esta assertiva apareceu como condicionante de uma negociação com chances razoáveis de sucesso. Sabe-se que o problema de nossa dívida não se limita às relações entre nós e os nossos credores. Depende muito de um realinhamento geral da ordem financeira internacional. Nossa poder neste domínio é sabidamente limitado. Temos, entretanto, aliados mais poderosos. Em primeiro lugar é importante que se considere a solidariedade entre os países devedores.

Várias conferências internacionais dos países em desenvolvimento têm mostrado

que existem interesses comuns e em conflito com a atual ordem econômico-financeira. Alguns mecanismos de trocas privilegiadas e independentes do sistema financeiro internacional continuam sendo estabelecidos. Estes mecanismos são promissores a longo prazo, mas não resolvem os problemas atuais. A solidariedade entre estes países é sempre importante, mas limitada, pois cada um deles vive angustiosos problemas imediatos, não podendo se dar ao luxo de aventuras.

Mas não só os países em desenvolvimento sofrem com a atual ordem econômico-financeira. As nações desenvolvidas da Europa — e o próprio Japão — têm sido penalizadas fortemente pelo atual sistema de relações internacionais. São poucos os países desenvolvidos que se solidarizam com as dificuldades que vivemos. Só alguns estadistas, com visão mais ampla, é que se mostram sensibilizados com os países devedores.

Na realidade, durante as negociações da dívida externa teremos que contar com nossas próprias forças. Recentemente o ministro Funaro declarou que a reforma econômica foi essencial para não sermos submetidos ao tutelamento direto do FMI. Marchamos, pois, para dar satisfações indiretas que nos reforcem numa negociação que se apresenta como decisiva. É do interesse de todos que elas atinjam o alvo. Caso fracassem, certamente teremos que enfrentar dificuldades maiores. Este é, talvez, o pensamento do governo ao resolver adotar medidas econômicas duras. Sabendo que vivemos um momento crucial de nossa história, o governo coloca em segundo plano o aplauso imediato e fácil da população.

O certo é que a dívida externa passou a ocupar o primeiro plano na preocupação de nossos governantes. Ela parece destinada a ordenar os debates nacionais de agora em diante.